

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.220.884 - SP
(2017/0321969-2)**

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : ARMANDO HUGO SILVA
AGRAVANTE : LEYLA APARECIDA RANGEL SILVA
ADVOGADOS : MARCELO FELLER - SP296848
RAFAEL VALENTINI - SP350642
JEAN ALMEIDA DO VALE - SP394912
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SONEGAÇÃO TRIBUTÁRIA E APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ARTS. 1º, I, DA LEI N. 8.137/1990, E 168-A DO CP). ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 59 DO CP. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. DISCRICIONARIEDADE VINCULADA DO MAGISTRADO. FORMAS DE EVITAR A FISCALIZAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PRECEDENTE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 115 DO CP. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO SEM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DA CONDENAÇÃO. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL PELA METADE. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator